

HORTA, JANEIRO DE 2006
António Marinho

TEMPOS DE INCERTEZA NA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Com os votos de congratulação pelo trigésimo aniversário da Universidade dos Açores, em que se obteve unanimidade, ficou expresso nesta Câmara o consenso acerca do papel fundamental para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores que aquela instituição tem exercido desde 1976.

Dispensamos, assim, na presente intervenção, os parágrafos de abertura que normalmente seriam necessários para enquadrar a questão que julgamos ser também importante abordar, relativa ao momento de incerteza que atravessa actualmente a única instituição de ensino superior açoriana. Fazemos notar, contudo, que a unanimidade obtida pode vir agora a ser quebrada, o que poderemos constatar quando se iniciar o eventual período de discussão que se seguirá.

Se a unanimidade se mantiver, tanto melhor. Será hora de dar os parabéns à Universidade dos Açores, pois ter-se-á conseguido criar uma plataforma alargada de apoio, através de todas as forças representadas no parlamento açoriano, que lhe será extremamente favorável para ultrapassar a situação crítica que tem vivido nos últimos meses.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

A Universidade dos Açores, durante os seus trinta anos, passou por diferentes cenários a nível da sua tutela. No entanto, desde 1995 que a mesma está a ser exercida pelo Governo da República.

Naturalmente que as condicionantes impostas pela condição insular e tripolar da Universidade, que determinam a existência de fortes constrangimentos, introduzem algumas singularidades de gestão. Além dos custos de insularidade que afectam qualquer entidade que exerça a sua actividade nos Açores, a Universidade confronta-se também com a duplicação, ou triplicação, de utilização de alguns recursos, materiais ou humanos, quer docentes, quer não docentes, que originam o afastamento em relação a

indicadores de referência atingíveis em universidades localizadas em plataformas continentais.

Perante esta situação, a tutela nem sempre tem demonstrado a devida compreensão.

Os governos que, na República, estiveram em funções de 2002 a 2005, da responsabilidade do Partido Social Democrata e do Partido Popular, tiveram em atenção essas contrariedades e, devidamente sensibilizados, asseguraram o funcionamento da Universidade dos Açores em níveis razoáveis, com orçamentos de funcionamento que foram menos constringidos por fórmulas de financiamento do ensino superior claramente concebidas para as universidades públicas sediadas no continente português.

Foi também com esses governos que a Universidade dos Açores assinou um contrato-programa, considerado o melhor entre os apresentados pelas universidades portuguesas, atestando o cuidado e o empenho que lhe foram dedicados, bem como a preocupação pela qualidade que a instituição sempre persegue. Também por esse facto, a ele se destinou o valor, de longe, mais elevado entre os assinados com todas as universidades portuguesas, destinado, designadamente, a cobrir parte dos condicionalismos impostos pela sua insularidade e pela sua tripolaridade, consubstanciado num apoio de 4.8 milhões de euros e que vigorará até final de 2007.

Refira-se que esta postura foi adoptada num contexto de contenção orçamental e de andamento tímido da actividade económica, pelo menos idêntico ao que actualmente se vive em Portugal.

Contudo, o actual Governo da República, da responsabilidade do Partido Socialista, tem mostrado não ter a mesma sensibilidade em relação à importância da Universidade dos Açores para a Região.

Numa primeira fase, decidiu utilizar uma atitude fria e intransigente e aplicou cegamente uma fórmula de financiamento que não atende à especificidade das universidades de regiões periféricas, designadamente as insulares, sendo ainda mais prejudicial para a dos Açores, devido à sua condição tripolar. Curiosamente, em alguns critérios presentes na fórmula, que medem a qualidade do corpo docente e a capacidade de investigação, bem como a eficiência de graduação, a Universidade dos Açores conseguiu obter resultados extremamente meritórios, que a colocam em lugares de relevo entre as universidades portuguesas.

Já o mesmo não aconteceu, compreensivelmente, em relação ao critério relativo ao número de alunos que procuram a sua formação universitária na instituição, a que obviamente não é alheia a sua condição insular, estando em clara desvantagem em relação às suas congéneres continentais. Aliás, sendo essa a componente mais forte da fórmula existente, e tendo em conta o princípio de uniformidade utilizado pelo Governo da República, a Universidade nem sequer conseguiu beneficiar de uma pretensa "cláusula de salvaguarda" introduzida para acautelar as especificidades das universidades insulares, pelo que acabou por ser fortemente penalizada.

A aplicação cega e insensível da referida fórmula originou uma redução superior a 11% nas transferências do Orçamento de Estado, entre os anos de 2005 e 2006, quando em relação a todas as outras universidades públicas portuguesas os cortes não atingiram percentagens superiores a 3%. Aquelas transferências, que em 2005 atingiram 16.5 milhões de euros, desceram para 14.6 milhões de euros em 2006, passando a representar um valor que cobre apenas 90% das despesas com pessoal.

O “tombo”, aliás, nem sequer seguiu um princípio mínimo, utilizado no caso das transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Região em 2006. Estas, não tendo beneficiado do acréscimo correspondente à percentagem de crescimento das despesas correntes, estabelecido pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que pela primeira vez não foi cumprida integralmente, pelo menos não foram afectadas por nenhum decréscimo.

Como facilmente se pode depreender, será difícil à Universidade, com este corte significativo, continuar a assegurar os níveis de qualidade no ensino e na investigação científica que normalmente dedica à Região. Ou seja, os Açores, e não apenas a sua Universidade, vêem-se espoliados de recursos fundamentais ao seu desenvolvimento.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Não foi esta a única “má notícia” que o Governo da República, de responsabilidade socialista, resolveu dar, para o presente ano, aos Açores, através da sua Universidade.

Ao corte profundo no suporte do seu funcionamento, o governo socialista da República decidiu também “oferecer” um desbaste, quase total, no apoio a investimentos fundamentais, em curso nos três pólos da instituição. Ou seja, a tutela, manifestando, mais uma vez, uma insensibilidade total, comprometeu os meios financeiros de que a Universidade necessita para assegurar os mesmos padrões de qualidade que são atingidos pelas universidades beneficiadas por uma localização mais central.

Façamos um pequeno resumo do apoio a investimento que se encontrava já assegurado pelos governos anteriores, através do PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, mas que foi alvo de uma redução drástica.

Refira-se, em primeiro lugar, que escaparam à sanha de “cortes” os edifícios que se encontravam já em construção aquando da preparação do PIDDAC para 2006. Aliás, seria ainda mais vergonhoso se tal acontecesse, embora, nos dois casos em apreço, existam irracionalidades gritantes.

Num deles, que já se encontra concluído neste momento, a Residência e Cantina das Laranjeiras, em Ponta Delgada, a Universidade não dispõe das verbas necessárias ao respectivo equipamento, estando, conseqüentemente, vedada a sua utilização. Faz sentido? Talvez sim, mas apenas para quem “cortou”, provavelmente sem saber muito bem aquilo que estava a fazer.

O outro refere-se ao Complexo Pedagógico do Pólo de Angra do Heroísmo, no Pico da Urze, na ilha Terceira, que estará concluído dentro de sensivelmente dois meses. No entanto, também aqui se esqueceu, não o equipamento, mas a integração desse edifício num conjunto mais vasto que, tendo financiamento assegurado anteriormente, o viu desaparecer, facto a que nos referiremos posteriormente. Ou seja, se apenas for concluído esse edifício, o mesmo de nada servirá enquanto todo o resto do projecto não se encontrar também operacional, ficando essa construção, nova, em processo de degradação progressiva, à espera dos humores da tutela ou de quem a substituir. É talvez o exemplo mais acabado de uma total irracionalidade e de desperdício de recursos escassos. Não é sequer razoável utilizar-se, em relação a esse edifício, a expressão “este já cá canta”, porque, por si só, de nada irá servir. O projecto é integrado, e só a cegueira explica que quem tomou a decisão não o conhece. Apenas uma palavra pode caracterizar o sucedido: lamentável!

Quanto aos outros investimentos que se encontravam já com financiamento assegurado do PIDDAC, mas que o governo socialista da República decidiu eliminar, ou quase eliminar, a “história” é conhecida e já foi aqui abordada nesta Câmara. De qualquer forma, vale a pena recordar o que está em jogo, alguns episódios à sua volta e as inverdades que têm sido ditas.

Começemos pelo Faial, ilha que nos acolhe e onde se encontra sedeada esta Assembleia Legislativa, o órgão máximo da autonomia açoriana, embora nem todos lhe confirmam a importância e o respeito que merece.

A aprovação do programa preliminar de transferência das instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas para as antigas instalações do Hospital Walter Bensaúde foi anunciado, presencialmente, pela então Ministra da Ciência e do Ensino Superior, por ocasião do vigésimo oitavo aniversário da Universidade dos Açores. Faço aqui um parêntesis para recordar que, ao contrário do que aconteceu com o aniversário da Universidade nesse ano de 2004, o trigésimo, há dias comemorado, sendo uma efeméride mais marcante, não contou com a presença do actual ministro da tutela. Indisponibilidade de agenda? Talvez! Pouca disponibilidade para os assuntos das universidades? Também uma possibilidade, aliás na linha do que vem acontecendo desde a tomada de posse do actual Governo da República, em que se tem verificado a quase inacessibilidade dos reitores das universidades públicas e dos presidentes dos institutos politécnicos ao ministro da tutela, o que é certamente incompreensível e explica uma parte da insensibilidade demonstrada nos últimos meses.

Voltemos ao DOP.

Aprovada a abertura do concurso de arquitectura em meados de 2004, com abertura de propostas em Agosto e conhecimento do vencedor no último trimestre desse ano, o projecto foi apresentado publicamente em 2 de Março de 2005.

O projecto completo será entregue ainda este mês, ao contrário do que foi vaticinado há dois meses nesta Assembleia pelo Governo Regional, que dessa forma pretendia argumentar com a não necessidade de verbas em 2006 para assegurar o início das obras durante o presente ano. Pois bem, após a aprovação, por parte da tutela, do projecto que será entregue dentro de dias, seguir-se-ia a autorização do concurso subsequente para adjudicação, podendo as obras ter início a meados do ano, momento a partir do qual as verbas do PIDDAC se mostrariam necessárias.

Só que os 2 milhões e setecentos mil euros que se encontravam inscritos em PIDDAC, repartidos em partes idênticas por 2006 e 2007, encontram-se reduzidos a uma verba de cinquenta mil euros no PIDDAC para 2006. Ou seja, 1.9% do que os governos anteriores tinham assegurado. Refira-se que, numa versão inicial, a verba considerada era “zero”, tendo depois obtido aquele valor simbólico numa fase em que as eleições autárquicas estavam ao rubro.

“Magnânimo”, o Governo Regional, quando tardava uma reacção, já que o silêncio a que se tinha remetido em relação ao tema se tornara insuportável, e numa tentativa desesperada de se mostrar solidário com uma instituição fundamental da Autonomia, decidiu, por seu turno, considerar no Plano para 2006 uma verba que não foi além dos mesmos... cinquenta mil euros.

Deve dizer-se que, competindo ao Governo Regional a defesa dos interesses da Região, o desinteresse manifestado foi absolutamente incompreensível.

Sem prejuízo de se poderem verificar algumas alterações nos próximos tempos, dadas as intenções já noticiadas pela comunicação social, o veículo sempre privilegiado da actuação governamental, pelo qual as instituições vão sabendo da evolução de acontecimentos de que deveriam ter conhecimento formal, a verdade é que, neste momento, o apoio ao investimento do DOP se resume a cem mil euros, a serem considerados para efeitos de uma candidatura ao Programa Operacional Ciência e Inovação 2010. Uma solução de recurso, contingente, quer nos valores, quer nos prazos em que poderá dar origem a obra, quando anteriormente se encontrava garantido um valor global para um empreendimento fundamental a um dos departamentos da Universidade mais prestigiados em termos internacionais.

Para o Pólo de Angra do Heroísmo instalou-se um cenário ridículo.

Logo à partida, pela irracionalidade já referida de concluir um edifício cuja utilização é inconsequente sem a conclusão da parte restante, designadamente o Edifício Interdepartamental, a ser construído na mesma zona do Pico da Urze, em Angra do Heroísmo.



Grupo Parlamentar

Este edifício, imprescindível para assegurar a coerência do projecto global de transferência das instalações da Universidade na ilha Terceira que, nas actuais condições, perfeitamente degradadas, só com enorme esforço tem conseguido sobreviver, salvaguardando, ainda assim, níveis de qualidade de ensino e investigação notáveis, tinha assegurado a verba de 925,000 euros em 2006 e 2007 pelos anteriores governos. Com o actual Governo da República a verba ficou reduzida, pasme-se, a 4,315 euros, ou seja, a 0.5% do valor que se encontrava garantido, aliás sem qualquer suporte lógico em relação ao valor preciso a que se chegou, sabe-se lá através de que cálculos.

Com o referido valor, obviamente que não se poderia dar início à construção do edifício, nem sequer, desculpem-me a comparação, a uma simples casa de banho, e muito menos àquela que ficou célebre, pela sua sumptuosidade, no gabinete de um mediático Ministro da Cultura de um antigo governo socialista da República.

O projecto deste edifício, refira-se, será entregue oportunamente, pelo que também a meados do presente ano, depois da devida aprovação e consequente autorização de abertura do concurso de adjudicação, a respectiva obra poderia ser iniciada.

Quase incontável é também a verba que o actual PIDDAC destina à Sede dos Serviços de Acção Social e Cantina de Angra do Heroísmo, igualmente imprescindível face à lógica de integração dos novos edifícios do "campus". O seu projecto encontra-se já pronto e aprovado, restando apenas a autorização para abertura do concurso de adjudicação. A verba afecta pelo actual PIDDAC dispensa comentários adicionais: 1,000 euros. Fica, apenas, a precisão da sua conversão para a antiga moeda, para melhor percepção do ridículo: 200 contos.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para finalizar, lembremos alguns episódios, uns recentes e outros nem tanto, que se têm associado a este tema.

Um deles tem a ver com a ingenuidade que ainda atacava um deputado da bancada socialista desta Assembleia quando, em Junho passado, dizia que as transferências ao abrigo da Lei de Finanças Regionais não iriam ser afectadas, o que era extremamente importante, afirmando também que não iria verificar-se "a paralisação dos investimentos do PIDDAC". Senhor Deputado José San-Bento, o tempo demonstrou que o Governo da República não deu resposta à incontestável boa-vontade que demonstrou há cerca de meio ano.

O outro ocorreu já em Outubro, quando o Senhor Prof. Doutor Fagundes Duarte concluiu que não existia qualquer intenção de se retirar do PIDDAC a verba prevista para o DOP, depois de, como deputado socialista à Assembleia da República, ter ido

“saber o que se passava”. Neste caso, uma vez que o artigo de jornal em que a afirmação foi feita estabelecia uma relação com as eleições autárquicas que ocorreram dias depois, ficámos com dúvidas em relação aos seus propósitos. Admitimos, no entanto, que os canais de informação entre o Governo da República e aquele representante dos Açores no parlamento nacional não se encontravam bem oleados.

Mais recentemente, as declarações proferidas à comunicação social pelo Senhor Presidente do Governo Regional, aquando da Sessão Solene de comemoração do 30º aniversário da Universidade dos Açores, suscitariam diversas considerações. Escolhemos apenas duas.

A primeira decorre do facto de se ter referido à qualidade duvidosa da gestão da Universidade dos Açores. Para além da inoportunidade, ou talvez indelicadeza, por o ter feito na casa para a qual fora convidado, é curioso constatar que as “pedras atiradas” chocam com inúmeras situações periodicamente divulgadas, que se podem caracterizar como “telhados de vidro” de diversos departamentos do Governo Regional.

A segunda refere-se ao apoio dado em 2005 pelo Governo Regional à Universidade, de que deu conhecimento nesse mesmo dia e local. Para chegar a um montante expressivo de “meios mobilizados” para a Universidade, considerou as verbas correspondentes à aquisição de serviços do Governo Regional à instituição. Obviamente que esse facto só confere trunfos à Universidade, pelo reconhecimento dos bons serviços que presta, mas é bom que não se confundam, nem os conceitos, nem os açorianos.

Será que é razoável considerar o valor dos lápis comprados pelo Governo Regional a uma qualquer papelaria da Região como um apoio governamental a essa entidade empresarial? Obviamente que não, ou estaríamos no reino da fantasia e da ilusão, mais ainda do que aquelas que são sucessivamente propagandeadas pelo Governo Regional e pela sua máquina publicitária.

Por outro lado, recorrendo à ironia, porque não juntar ao valor bombástico indevidamente referido como apoio à Universidade, os valores, integrados nos vencimentos auferidos por funcionários do Governo Regional, correspondentes às propinas que estes têm de pagar para que os seus filhos frequentem a Universidade?

Haja bom senso!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

A falta de sensibilidade que tem sido demonstrada pelo Governo da República está, efectivamente, a colocar em causa o funcionamento e o futuro de uma instituição que, a custo, se conseguiu tornar uma realidade que se tem mostrado fundamental na formação de quadros superiores e na investigação científica nos Açores.

O PSD reafirma a sua total solidariedade com a Universidade dos Açores, contesta a actuação castradora do Governo da República e reclama do Governo Regional uma verdadeira posição na defesa dos interesses da nossa Universidade e dos Açores.

A manutenção da incerteza que paira actualmente sobre a Universidade seria escandalosa. Por isso, acreditamos que possam surgir algumas soluções a breve trecho, até perante as intenções que têm surgido na comunicação social, de que o Governo Regional e, talvez, o próprio Governo da República, já não se podem descartar.

Devemos referir, contudo, que não são soluções pontuais, analisadas e decididas caso a caso, aquelas que permitem que uma instituição com a importância, a responsabilidade e a dimensão da Universidade dos Açores possa prosseguir a sua actividade de forma planeada e devidamente pensada.

Consideramos que, sendo legítimo pensar num tratamento equitativo das universidades portuguesas, o que significa o reconhecimento das especificidades de cada uma delas e, concretamente, das que caracterizam a Universidade dos Açores, deverá haver um quadro perfeitamente definido para o relacionamento a estabelecer, quer com o Governo da República, quer com o Governo Regional. Sem que isso signifique qualquer desresponsabilização, designadamente do Governo da República, a intervenção do Governo Regional deverá obedecer a esse princípio.

É isso que julgamos ser mais favorável, quer para a Universidade, quer para a Região.

Temos a certeza, no entanto, de que quaisquer novos desenvolvimentos que agora possam ocorrer, vêm, para todos os efeitos, a reboque.

O Governo Regional manifestou tardiamente a solidariedade que se lhe exigia desde o início do “ataque” do Governo da República à Universidade dos Açores, sendo perfeitamente indesculpável a cumplicidade partidária que inicialmente privilegiou.

Disse.